

A FALA DA CRIANÇA E SEUS EFEITOS NO ADULTO INTERLOCUTOR¹

Gisele de Lima (UNICAMP)
giselelima_pr@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Nos estudos de aquisição da linguagem, muito tem se falado sobre a fala singular da criança, mas poucos são os trabalhos que se voltam para a condição do adulto diante dessa singularidade. Nós, neste trabalho, não deixamos de lado a fala da criança, mas nos dedicamos a observar, prioritariamente, a fala do adulto ao dialogar com ela, buscando compreender o que da fala do *infans* toca-o de forma particular e quais são os efeitos dessa fala no adulto.

Quando dizemos “fala da criança”, estamos pensando, particularmente, naquilo que é de sua própria natureza – ou seja, ser diferente em relação à fala adulta. Mas, como sabemos, essa diferença não chega a ser empecilho na relação do adulto com a criança, pois como afirma De Lemos (2006, p. 23): “[...] apesar da heterogeneidade e imprevisibilidade da fala da criança do ponto de vista lingüístico, falantes dirigem-se a ela e a interpretam como um falante de sua língua.”

O reconhecimento que tem o adulto de que a criança, ainda que não fale, virá a fazê-lo faz com que ele interprete e signifique até mesmo os balbucios da criança. Um exemplo bastante esclarecedor desse movimento do adulto é apresentado por Figueira numa seção de um artigo de 2006, em que é justamente a interpretação da fala da criança pelo adulto que está em jogo. Segue o episódio:

¹ Este trabalho é parte de minha dissertação de mestrado defendida em dezembro de 2009, pelo Instituto de Estudos da Linguagem – IEL.

EPISÓDIO (A)

(Ao ver a mãe se dirigir para o banheiro, J. começa a levantar a blusa.)	
J – Mamãe, bain!(1)	M – Cê já tomou banho, Ju.(1)
J – Bebel. Bain.(2)	M- É, Bebel já deu banho em você.(2)
J – Bebel bain. Mamãe bain.(3)	M – É, Bebel já deu banho em você. Agora é a mamãe que toma banho.(3)
(Quando a mãe termina de tomar seu banho, J. diz)	
J – Eu bain. Eu bain. (4)	M – Não, você já tomou. (4)
	(Diário – J. – 1;9.20)

O episódio deixa bem claro, no terceiro turno, a posição “confortável” da mãe em atribuir um sentido ao enunciado da criança, ainda que não tenha sido propriamente esse o sentido do que a criança estava dizendo. Observando o diálogo com olhos de investigador, percebemos que o enunciado, no terceiro turno de J., poderia até ser interpretado como: “Bebel toma (tomou) banho.”, por exemplo; mas a mãe, interpreta a fala da criança de outro modo. É ela quem confere forma ao enunciado (“É, Bebel já deu banho em você. Agora é a mamãe que toma banho.”). O episódio evidencia a naturalidade com que o adulto encara falas por vezes tão vagas, do ponto de vista gramatical, e as coloca dentro de um quadro de interpretação.

Quanto à análise feita por Figueira (2006), a conclusão a que ela chega é de que:

[...] nessa altura da produção linguística da criança, é o adulto que dá sustentação ao diálogo, conferindo uma estruturação gramatical, semântica ao enunciado dela. De fato, suas enunciações, ainda destituídas de palavras de relação, deixam ao adulto a posição de intérprete, cabendo à criança a posição de interpretada. (FIGUEIRA, 2006, p. 113)

Nessa mesma direção, sobre a relação do adulto com a fala da criança, não poderia deixar de citar os trabalhos de Pereira de Castro sobre *interpretação*. De acordo com a autora, o movimento interpretativo se dá na tensão entre *identificação* e *estranhamento*. Identificação porque a mãe reconhece na fala da criança uma língua que também é a sua. E estranhamento gerado por aquilo de insólito que a fala da criança deixa ver. Como pontua a autora, não se trata de um

juízo do que é certo ou errado, mas de um “falante que [...] está *sob os efeitos da fala da criança*.” (PEREIRA DE CASTRO, 1998, p. 83 – grifo nosso).

Nesse sentido, as perguntas que nos fazemos são: O que de fato, da fala da criança, causa estranhamento ao adulto? Que construções, ainda que insólitas, revelam uma materialidade possível e, portanto, um reconhecimento da sua língua na criança? Dito de outra forma, Que efeitos a fala da criança promove no adulto e a que posições ele é lançado por conta desses efeitos?

Para responder a essas perguntas recorreremos aos dados de duas crianças – A. e R. – com idade entre dois e quatro anos. Esses dados, hoje disponíveis no acervo de Aquisição da linguagem do CE-DAE/IEL, foram colhidos pelas próprias mães das crianças, através de gravações semanais, de cerca de 30 minutos, em contexto natural de interação. O fato de adotarmos os dados de duas crianças deveu-se, num primeiro momento, a nossa intenção em observar se haveria alguma diferença na forma como as mães se dirigiam a elas, quando da produção de formas divergentes. No entanto isso não se confirmou, não observamos nenhuma diferença significativa nesse sentido. Destacamos que os dados apresentados neste trabalho são um pequeno recorte daqueles colhidos no desenvolvimento da pesquisa.

ANÁLISE DOS DADOS

O material colhido por nós foi suficientemente farto para conduzir à análise que logo de início nos mostrou que à mesma imprevisibilidade a que está sujeita a fala da criança, de onde podem surgir os mais insólitos enunciados, também está sujeito o adulto na relação com essa fala. Com isso fomos levados a discordar de autores como Ochs e Schieffelin (1997) quando tratam da relação do adulto com o erro da criança a partir da ideia de “atitude”, afirmando que diante do erro, o adulto seguiria sempre 3 “estratégias”:

(1) ignorar o enunciado; (2) indicar à criança que o enunciado não está claro (p.ex., alegando não compreensão, induzindo a criança a repetir o enunciado, caçoando da criança por não ser clara); (3) apresentar à criança uma possível compreensão ou reformulação do enunciado (ou seja, conjecturar) (OCHS e SCHIEFFELIN, 1997, p.75).

Discordamos desses autores, porque isso leva a supor que há praticamente um esquema a que o adulto sempre seguirá frente ao erro da criança, e escapa dessa visão a noção de imprevisibilidade e naturalidade que estão presentes na relação do adulto com a criança.

Pois bem, ainda durante a busca do *corpus* pudemos perceber que alguns erros levavam à correção pelo adulto e, outros, não e, mais, algumas vezes, a própria correção poderia se dar de maneiras distintas. Isso nos levou à formulação de que havia diferentes posicionamentos do adulto diante do erro da criança o que, por sua vez, trouxe a necessidade de dividirmos os dados em duas classes distintas: “Quando a forma divergente é objeto de correção” e “Quando a forma divergente não é objeto de correção”.

QUANDO O ADULTO CORRIGE

Na primeira divisão, onde agrupamos os episódios em que se verifica a correção, percebemos que esta não ocorre de uma única forma. Há episódios em que a correção é feita de forma categórica, por meio da estrutura: “Não é x, é y”. Estrutura que, como definiu Figueira (2001), constitui a réplica. Já em outros episódios nota-se uma correção mais sutil, pois o termo dito “errado” pela criança é retomado pelo adulto, porém da forma eleita correta.

As correções categóricas, realizadas por meio de réplicas, nos dão a vantagem de se poder afirmar com certeza que determinada produção da criança foi tomada como erro pelo adulto, já que na réplica fica evidente o “descarte” que se faz de um determinado signo para ser substituído por outro que o falante julgue mais adequado, neste caso ambos os termos – o substituído e o que vem a substituir – configuram-se como signos autonímicos². Como diz Figueira, a réplica põe em evidência a não convergência entre as falas do adulto e da criança. O episódio 1 é esclarecedor nesse sentido:

² Por falta de espaço, não iremos tratar, aqui, do signo autonímico, mas remetemos o leitor a Figueira (2001a; 2001b) e Rey-Debove (1997), para um aprofundamento do tema.

EPISÓDIO 1

R – Agola vamo contá piano.	M – Vamo o quê?
R – Agola com/ hã, hã, hã agola cê vai contá piano.	M – Contar não, tocar.
R – Eu vou tocá piano.	M – Xilofone.
R – Vamo tilá o piano.	M – Vamo. Cuidado, senão quebra o xilofone. Não é piano, é xilofone.

(Raquel -2;03.28)

Nesse episódio o que observamos é que o erro da criança se dá pela não convergência entre o nome e a coisa nomeada, ou melhor, a palavra dita por ela serve, na verdade, para nomear outra coisa. Nesse ponto pudemos notar uma regularidade na correção do adulto, pois sempre que a criança produzia um erro dessa natureza, a mãe corrigia por meio de uma réplica, de modo que “fornecia” à criança a palavra adequada.

Outra regularidade, ainda, se deu quando se tratava de um jogo de nomeações instaurado pelo adulto. Nesses casos, o adulto é colocado na posição de quem ensina algo para a criança, por isso está pronto a corrigir, de modo a aproximar a fala da criança à sua fala, como notamos no episódio 2:

EPISÓDIO 2

(A mãe segura uma agulha de costura)	
A – Mim dá esse aí.	M – Esse aí o quê? Como é que chama isso? Fala pra mamãe.
A – Finete, mas mim dá.	M – Não é “finete”, não, bem, é “agulha”.

(Anamaria - 3;6.6)

Aqui vemos como a forma do que a criança diz é que o menos importa ao adulto, tanto que a mãe apropria-se do vocábulo da mesma forma como aparece na fala da criança (“finete”). A correção recai, aqui, sobre o conteúdo do que foi dito. *Agulha* e *alfinete* são objetos de aparência e função distintas, portanto quando a mãe solicita

à criança que nomeie o objeto, a troca de um pelo outro desqualifica a resposta. Esse dado nos leva à afirmação de Slobin (1980), ao citar Brown (1969), de que os pais preocupam-se pouco com a forma do que diz a criança em detrimento do conteúdo. Nossos dados permitiram que fôssemos um pouco mais além dessa afirmação, diríamos que os pais preocupam-se com a forma quando esta afeta a compreensão do conteúdo, como observamos no episódio 3:

EPISÓDIO 3

A – Ah, liga o fedadô.

M – Liga o quê?

A – Liga o fedadô.

M – O que é “fedadô”?

A – Liga o ‘ádio.

M – Ah, tá ligado já, olha, tá vermelhinho aqui, ó, tá ligado. É “gravador”.

A – Gravador. Ah, vamo fazê comidinha?

(Anamaria - 03;02.13)

Já em relação às correções que consideramos mais sutis, temos de reconhecer que, ao contrário das correções diretas, não se pode afirmar que haja de fato uma intenção do adulto em corrigir determinada fala. Mas, por outro lado, também não se pode falar em não intervenção, pois de alguma forma há o destaque de um determinado termo, ainda que no discurso ordinário. Algumas dessas ocorrências parecem mostrar que a retomada da fala da criança pelo adulto é uma fala natural que se faz unicamente para dar sequência ao diálogo, na direção de confirmar o que foi dito antes, tal como se observa em 4.

EPISÓDIO 4

R – Ota casinha não tá aqui fola...
veza come é que tá ela, masuca.

M – O quê que machuca, a casinha?

(Raquel - 2;03.19)

Temos de considerar que essa ocorrência de erro é comum em crianças pequenas. A criança disse o que pôde ser dito por ela, e não se pode afirmar que o adulto esperava outra coisa dela.

QUANDO O ADULTO NÃO CORRIGE

Voltemo-nos agora, à classe de dados em que o adulto não intervém na fala da criança para uma correção. A partir dos nossos dados, pudemos notar pelo menos dois posicionamentos do adulto em relação ao erro: a “aceitação” do erro, ou não referência ao mesmo, com o prosseguimento normal do diálogo e, em outros momentos, a reposição da palavra tal qual dita pela criança, característica do baby talk. Este como nos esclarece Cavalcante (1999), é uma linguagem

[...] definida como aquela dirigida à criança pequena, apresentando modificações em relação à fala utilizada em circunstâncias normais. Tipicamente consiste de pequenas sentenças gramaticais, muitas repetições, simplicidade sintática, elevação de altura, entonação exagerada e grande número de perguntas e imperativos. [...] Uma outra característica desta fala é o uso de itens lexicais infantilizados ou em diminutivo como “gatinho”- para gato, “dodói” – para ferimento etc., bem como onomatopéias como au-au – para cachorro, piu-piu – para pintinho, miau – para gato, utilizados devido à palavra original ser julgada como “difícil de pronunciar” ou para reproduzir processos fonológicos correntes na fala inicial da criança. (CAVALCANTE, 1999, p. 11 – grifos da autora.)

Perguntamo-nos agora: quando a criança já dispõe de enunciados mais complexos, numa faixa entre 2 e 4 anos (idade compatível com os nossos dados), como se dá essa relação entre a criança, sujeito a se constituir falante, e adulto, sujeito de língua já constituído, mais que isso, futuro da fala da criança? Estudar a fala do adulto dirigida à criança, em seus primeiros anos de vida, leva-nos a algumas indagações que interessam a quem deseje conhecer um pouco mais a respeito deste universo de interação: que efeitos a fala da criança promove no adulto? O que leva o adulto ora a corrigir a fala da criança e ora a aceitar os “erros” e até se apropriar de expressões tais como ditas pela criança? As análises apresentadas a seguir buscam responder a esses questionamentos.

Quanto àquilo que leva o adulto a não corrigir, nossos dados mostraram não ser possível fazer nenhuma afirmação categórica. O que pudemos observar é que há, da parte do adulto, um entendimento de que em determinada idade alguns erros são previsíveis, como acontece com algumas sequências fônicas, como *tr*, *gr*, *pr*, as quais crianças muito pequenas não são ainda capazes de produzir. Note-se no episódio 5 como a mãe não questiona a forma como R. diz “gravador”:

EPISÓDIO 5

R – Vamo.	M – Vamo lá pra sala?
R – Vamo levá o davadoi?	M – Brincá com seu brinquedo?
	M – Vamo.

(Raquel – 2:00.5)

Em relação à apropriação do “erro” da criança pelo adulto, chamou-nos a atenção, especialmente, a inclusão de certos vocábulos ao que chamamos (por empréstimo de Albano (1990)) “anedotário familiar”. Como observamos nos episódios 6 e 7:

EPISÓDIO 6

A- ‘xo vê um gogocinho. Ah!	M- Gogocinho!
--------------------------------	---------------

(Anamaria - 3;2.7)

EPISÓDIO 7

A – Tira esse gogócio?	M – Que que é isso? Esse gogócio? Ih... tá acabando o disco.
A – Cabou!	

(Anamaria - 3;2.20)

Diante disso nos perguntamos: O que faz com que determinadas palavras não cheguem a adquirir estatuto de erro e, muito pelo contrário, sejam incorporadas à fala adulta? Talvez o tom “exótico” que elas possam ter ou a relação que se possa fazer com outras palavras... É impossível dizer. Episódios como esses mostram que o efeito que a fala da criança promove no adulto é o de identificação, de aceitar a fala da criança como possível, mesmo sendo divergente da sua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos episódios em que recorre ao *baby talk*, especificamente, o que notamos é a total identificação da mãe com a fala da criança, a ponto de aproximar a sua fala à da criança. A posição na qual o adulto é posto, aqui, é a de assemelhamento, de reconhecimento de uma fala como possível.

Quanto à correção, ainda que tenhamos observado, sim, algumas regularidades naquilo que leva à correção, temos de dizer que há algo nessa relação adulto-criança, e entre sujeito e língua, que escapa à categorização, há algo que não pode ser medido nem previsto, isso nos leva a concluir que o imprevisível pode se fazer presente a qualquer instante.

O adulto está sob os efeitos da fala da criança e essa fala pode lançá-lo na posição daquele que tem um saber que a criança ainda não tem e, estando nessa posição, ele corrige. A correção é, portanto, uma das diferentes posições que a fala da criança impõe ao adulto, é uma forma de aproximar essa fala à sua própria fala. E isso nada mais é do que *interpretação*. É do estranhamento que determinada produção causa no adulto, da “escuta” de uma diferença, que emerge a correção. Dito isso, concluímos que está em jogo, na correção, tanto uma negação – que pode ser formulada como um distanciamento – quanto uma aproximação, pois, ao corrigir, o adulto nega a produção da criança, distanciando-se dela (no sentido de que marca a diferença), mas, ao fazê-lo, busca a aproximação da mesma.

Tornamos a dizer que o adulto está sob os efeitos da fala da criança, e essa fala leva o adulto a diferentes posições, que, ora pode ser a daquele que marca a assimetria entre uma fala e outra, pela correção, ora é a de quem aceita e até apropria-se da forma divergente, o que até leva a ilusão momentânea da simetria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBANO, E. C. *Da fala à linguagem: tocando de ouvido*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

CAVALCANTE, M. C. B. *Da voz à língua: a prosódia materna e o deslocamento do sujeito na fala dirigida ao bebê*. 1999, 240 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

De LEMOS, C. T. G. Uma crítica (radical) à noção de desenvolvimento na Aquisição da Linguagem. In: LIER-DE VITTO & ARANTES (orgs.). *Aquisição, patologias e clínica de linguagem*. São Paulo: EDUC, FAPESP, 2006, p. 21-32.

FIGUEIRA, R. A. La propriété réflexive du langage dans le parler de l'enfant: quelques aspects pragmatiques et discursifs. *Pragmatics in 2000 selected papers from the 7th International Pragmatics Conference*. [S.I.], v 2, p. 207-221, 2001b.

LEMOS, M. T. G. de. *A língua que me falta* – Uma análise dos estudos em Aquisição de Linguagem. São Paulo: Mercado de Letras, 2002.

OCHS, E. E.; SCHIEFFELIN, B. O impacto da socialização da linguagem no desenvolvimento gramatical. In: FLETCHER, P.; MACWHINNEY, B. (orgs.). *Compêndio da linguagem da criança*. Tradução Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, p. 69-84.

PEREIRA DE CASTRO, M. F. Língua materna: palavra e silêncio na aquisição da linguagem. In: JUNQUEIRA FILHO, L. C. U. (org.). *Silêncios e luzes: Sobre a experiência psíquica do vazio e da forma*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

_____. Sobre a interpretação e os efeitos da fala da criança. *Letras de hoje*, Porto Alegre. v. 33, n. 2, p.81-87, 1998.

SLOBIN, D. I. *Psicolinguística*. Tradução Rossine S. Fernandes. São Paulo: Ed. Nacional; Ed da Universidade de São Paulo, 1980.